



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 14, v. 1 nov.2020-abr.2021
p. 184-206.

A percepção das mulheres negras neopentecostais sobre os papéis sociais de gênero em suas relações familiares

(The perception of black neo-Pentecostal women about social gender roles in their family relationships)

(La percepción de las mujeres negras neopentecostales sobre los roles sociales de género en sus relaciones familiares)

Sarah Nascimento de Jesus¹

RESUMO: Este artigo debruça-se em análises críticas voltadas a percepção das mulheres negras neopentecostais sobre os papéis sociais de gênero em suas relações familiares. A escrita, a partir de levantamentos bibliográficos, analisa e discute sobre as implicações decorrentes dessas percepções. Cabe salientar que este estudo se centrou na imprescindibilidade do olhar interseccional. Baseado no compromisso ético-político, a proposta em geral dispõe, por meio do olhar sócio histórico cultural, um posicionamento crítico e compromissado com as realidades sociais atravessadas por estes processos.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres Negras. Neopentecostalismo. Papéis sociais. Gênero. Interseccionalidade. Relações familiares.

Abstract: This article focuses on critical analyses of the perception of neo-Pentecostal black women of the social roles of gender in their family relationships. The writing, based on bibliographical surveys, analyzes and then discusses the implications arising from these perceptions on the proposed theme. It is worth mentioning that this study focused on the indispensability of the intersectional view. Based on the ethical-political commitment of the proposal in general, it disposes through the socio-cultural historical gaze, a critical and committed positioning with the social realities crossed by these processes.

Keywords: Black Women. Neo-pentecostalism. Social roles. Gender. Intersectionality. Family relations.

Resumen: Este artículo se centra en el análisis crítico de la percepción de las mujeres negras neopentecostales sobre los roles sociales del género en sus relaciones familiares. El escrito, basado en estudios bibliográficos, analiza y luego discute las implicaciones que surgen de estas percepciones sobre el tema propuesto. Es importante destacar que este estudio se centró en el carácter indispensable de la visión interseccional. A partir del compromiso ético-político de la propuesta en general, dispone a través de la mirada histórica sociocultural, un posicionamiento crítico y comprometido con las realidades sociales atravessadas por estos procesos.

Palabras clave: Mujeres Negras. Neo-pentecostalismo. Roles sociales. Género. Relaciones familiares.

¹ Psicóloga Clínica e social (CRP 03/21234) pelo Centro Universitário Uniruy Wyden. Idealizadora do projeto “Giros decoloniais: representações de cuidado a partir de experiências interseccionais” pelo qual milita com temas sobre violência doméstica e familiar, gestão comunitária, saúde integral etc., em perspectiva interseccional. E-mail: ssarahnascimentorb@gmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 07/01/2020

Aceito em 27/09/2020

“O mundo social está simplificado e estruturado, baseado em um processo que foi posto em evidência a propósito da percepção e da classificação de objetos físicos, a saber, a assimilação entre elementos semelhantes e o contraste entre elementos diferentes. A acentuação de semelhanças no interior de uma categoria e de suas diferenças com uma outra foi amplamente demonstrada, experimentalmente. Ela pode ter consequências dramáticas no plano da percepção e dos comportamentos, dando lugar a discriminações, na medida em que ela é acompanhada de vieses favoráveis ao grupo do qual somos membros, com uma tendência a desfavorecer os grupos dos quais nos distinguimos”

(As artimanhas da exclusão.

Os processos psicossociais da exclusão, Jodelete)

A maneira como se constrói as identificações nas relações parte de pressupostos rememorados pelos construtos sociais que atravessam a temática abordada. A representatividade, como resposta a essas problemáticas, evoca ponderações sobre a influência dessas desenvolvimentos. O uso e as demarcações das palavras levaram a desdobramentos que repercutiram na legitimação das plurais subjetividades.

O entendimento ao compromisso ético e político vinculado à prática científica no âmbito das pesquisas apontam a necessidade de ações em conjunto com as comunidades. “[...] A construção unidimensional do conhecimento é um dos fatores que impedem o crescimento das produções acadêmicas das mulheres e, sobretudo, das mulheres negras [...]” (SOUZA, 2018, p. 156) Logo, a destraditionalização das representações dos discursos que direcionam os papéis ditos pelas instituições de poder, como a igreja e suas vertentes (incluindo o neopentecostalismo), são demandas de práticas contra hegemônicas também científicas e de atos políticos.

Pondera-se que o avanço das informações e desnaturalização dessas ações tem impactado fortemente as esferas coletivas, de modo a provocar políticas públicas voltadas ao cuidado frente a essas realidades, visando honrar suas respectivas subjetividades. A família, enquanto instituição atravessada pela igreja, é um exemplo de como as estruturas de saber e poder interferem nas percepções sobre os papéis sociais. Sejam nas questões sobre o que é habitar um corpo feminino e masculino, seja nas condutas pré-estabelecidas que se esperam deste habitar, dos posicionamentos e das validações, levando em conta a perspectiva interseccional.

O uso do termo violência patriarcal é um norte de caracterização sobre tais implicações que se relacionam com essas problematizações, no qual aponta e abrange as experiências que dialogam para além da violência doméstica. A autoridade coercitiva, acompanhada de tais apontamentos, evoca a lembrança e ponderação de que “[...] em uma cultura de dominação, todo



mundo é socializado para enxergar violência como meio aceitável de controle social [...]” (hooks², 2020, p. 99) Aceitação esta que está internalizada nas noções que inferem a padronização, desconsiderando a crítica ao universalismo.

O entendimento da importância de práxis que visem a resignificação é crucial, sobretudo por viabilizar trocas que verifiquem e analisem essas percepções. Por isto, tendo como base o entendimento as posturas compromissadas e responsáveis ao acolhimento e proximidade, sendo prioridade nessas relações que são sociais e frutos desses cruzamentos, este artigo desdobra-se em cinco seções sendo:

- I. Sobre o neopentecostalismo;
- II. Breves considerações sobre os papéis sociais;
- III. Gênero;
- IV. A importância da interseção raça e classe nas discussões de gênero;
- V. Caminhos por onde se encontram.

Tendo em conta, os retrocessos decorrentes de tais alegações, que se vinculam a movimentos de exclusão dessas realidades, entendo que “[...] o desafio cresce diante da conjuntura nacional extremamente desfavorável para a garantia das conquistas já efetivadas e para o reconhecimento de novos direitos [...]”. (ROCHA, 2016, p. 314) Posto isto, considerando a escassez de trabalhos voltados à proposta apresentada, deixo reflexões não finalizadas.

1. Sobre o neopentecostalismo

Para a clareza sobre o neopentecostalismo, é primordial pincelar sobre o messianismo. Segundo o dicionário, o termo vem da deriva “messias”, sendo uma crença e espera do messias, cuja representação vem da ordem do divino. Júnior traz que,

[...] A rigor, todos os reis do Estado teocrático de Israel, depois Judá, receberam esse designativo, algo que pode ser comparado a uma espécie de título, como César, faraó ou czar, mas de cunho temporal e espiritual. Embora o rei messias do Antigo Testamento não fosse divinizado em nenhuma medida, diferentemente do que aconteceu em Roma e

2 O nome encontra-se em minúsculo por escolha da autora, visando o foco ao olhar sobre a ideia trazida e não exclusivamente a sua pessoa.



no Egito, os reis tinham a responsabilidade de manifestar Deus por meio de seus atos, pela obediência e fidelidade à aliança mosaica e davídica. A necessidade que os reis fiéis tinham de tributar glória à divindade, tirando o foco de si mesmo, é, possivelmente, o fator que contribuiu para que esses “messias” não se tornassem imperadores. Eles não agiam por si mesmos, mas orientados por Deus. Portanto, a terra que governavam era um reino dedicado à divindade e estabelecido sobrenaturalmente por e para ela. Como a extensão do reino era dada, por assim dizer, sob medida, qualquer tentativa expansionista seria tida não apenas como desobediência, mas como cobiça e busca de engrandecimento pessoal, usurpação da glória que deveria ser prestada unicamente ao Senhor. (JÚNIOR, 2008, p. 149)

A ideia de atribuir responsabilidade e compromisso na mediação das relações humanas com o divino criou e proporcionou aos títulos majoritariamente masculinos o dever de ser a representação e elo ao sagrado. De modo que, se questionada essa autoridade, conseqüentemente abomina-se quem assim a questionou. Em outras palavras, a deslegitimação acompanhada da invisibilidade de quem se opõe às mensagens passadas por esses “mensageiros” são fortalecidas por práticas violadoras.

Vale salientar que, por outras vias analíticas, o messias, ou melhor, Jesus Nazareno, o rei dos judeus, conforme a história, foi negado pelo seu próprio povo por discordar dessas atribuições citadas mais acima, desnaturalizando tais relações. Percebe-se, a partir deste ponto, várias inquietações que atravessam os demais segmentos cristãos. Assim, conhecida pela visão positivista e de doutrinações voltadas ao evangelho da prosperidade, o movimento neopentecostal, vindo dos Estados Unidos no início do século XX, ocasionou uma das questões mais problematizadoras.

Romeiro relata que:

[...] A confissão positiva tem suas origens numa antiga heresia conhecida como gnosticismo. Esta palavra vem do vocábulo grego *gnosis*, que significa "conhecimento". Tal heresia data do primeiro e segundo séculos da era cristã e ensinava que havia uma verdade especial, mais elevada, acessível somente aos iluminados por Deus [...] (ROMEIRO, 1993, p. 8)

As experiências vividas por estes levou ao fortalecimento das representações sobre o que seriam obras do mal e do bem, no entendimento da necessidade de batalhar contra os demônios diante da possibilidade de Jesus não intervir, dando a eles o papel crucial de mediadores. E, enquanto provocação, arrisco-me a brincar e trocar o termo “mediadores” por “messias”.



De acordo com Júnior (2008, p. 151), tratando-se da realidade social brasileira, “[...] o neopentecostalismo chegou na década de 1950, por meio de missionários da Igreja do Evangelho Quadrangular[...]”. O movimento foi contemplado por três ondas, sendo a primeira onda em meados do século XX, a segunda de 1950 a 1960, reconhecida pelas grandes conversões coletivas, e a terceira onda em 1970, que especifica o movimento. Cavalcanti (2008) sobre a representação do nome neo, caracteriza e reformula o termo para pseudopentecostalismo que percebe a contradição social e teológica das denominações³, concebendo tais visões como seitas paracristãs⁴.

O fenômeno neopentecostal também é visto por dois ângulos. A necessidade do alcance social conforme as realidades do país levou a uma subdivisão, sendo o neopentecostalismo rústico e o alto neopentecostalismo. Cabe enfatizar que as problemáticas coletivas decorrentes da ditadura militar viabilizaram o fortalecimento de tais partes.

O neo rústico voltou-se ao “acolhimento” das camadas vulneráveis do país. A mescla proposta utilizou-se da apropriação cultural e identitária como ferramenta de familiarização e dominação, sob o ponto de vista de que:

[...] o exercício da fé encontra-se bastante enraizado na crença em ritos e objetos mágicos, portadores de poderes sobrenaturais [...] em seus cultos, divulgam-se cerimônias de renovação de aliança com Deus, de troca de anjo, entre outras. Também são oferecidas lascas da cruz de Cristo, água do Rio Jordão, a Rosa de Sarom, sabonetes ungidos, sal grosso etc. (JÚNIOR, 2008, p. 154)

Assim, nota-se não somente a potência de quando emergiu tal corrente, mas também o quão potente nos dias atuais ainda são esses atos. O público-alvo do movimento perpassou e vem perpassando por experiências não promotoras de direitos, sendo cabível salientar a importância de um olhar crítico sobre a influência da igreja na efetivação dessas práticas.

A inclusão perversa passada por atos assistencialistas, de interesses estritamente voltados à manipulação coletiva, torna-se também parte de questões a serem discutidas frente às pautas compromissadas com as ações contra hegemônicas. Ainda neste ponto de vista, é possível pensar também na negação da identidade cultural como elemento fundamental para a inclusão social à religião e ao seguimento discutido neste estudo, refletindo-se nas propostas oferecidas pelo movimento neo rústico.

3 Assembleia de Deus (pentecostal) e a Universal do Reino de Deus (neo).

4 Provém do latim, que conceitua-se como seguidor(a). Neste caso, os paracristões são seguidores que, possuem em suas práxis o “[...] proselitismo, um milenarismo e traços organizativos empresariais” (AQUINO, 2020, p. 1).



Sobre o meio pelo qual se caminha a inclusão/exclusão social, que serve como consideração a respeito dessas propostas, Sawaia menciona:

[...] A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através das insuficiências e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 2001, p. 8)

Posto isto, compreende-se o papel e representação do lugar que a instituição simboliza na dialética do excluir para incluir, que atravessa as discussões econômicas, mais ainda do que a teoria da prosperidade trazida pelo neo. A divinização da figura líder desta subdivisão, reforçada por esse lugar que veio ocupando, tonificou a messianização e as ações de silenciamentos coletivos.

Já o alto neo acolhe as chamadas comunidades evangélicas inquietas aos modelos tradicionais. O grupo alvo volta-se para lugares privilegiados e de grande poder aquisitivo. As chamadas células⁵ passaram a reforçar as mudanças decorrentes das apreensões aos antigos padrões, de modo a levar seus seguidores a renunciar suas construções sobre Deus e conceber novas a partir de suas vivências dirigidas por seus líderes.

Apesar das características comuns destas subdivisões como, por exemplo, o lócus do representante, o “messias”, observa-se pontos relevantes que marcam suas diferenças. Seja a jura ao enriquecimento e suas promessas no rústico, ou seja, o medo da maldição resultante do não seguimento doutrinário que cerca o alto neo.

É interessante trazer, a respeito dos desdobramentos das renúncias de ambos os lados, à teoria da prosperidade⁶. Apesar de surgir pelo pentecostalimento, a proposta se dá pela troca de lugar, com interesse voltado ao sujeito. Relaciona-se, então, a ideia abordada durante este estudo, especificamente a conceituação e caracterização da messianização⁷.

Os avanços tecnológicos e a abertura, mesmo perversa, ao capital vem abrandando ao longo do tempo o modelo rústico. Weber (1999) explana sobre a exclusão decorrente a quem

5 Sugiro leitura em seguinte link: PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CURITIBA. Relacionamentos saudáveis com Deus e com pessoas. Disponível em: <https://www.pibcuritiba.org.br/celulas/>. Acesso em: 16 maio 2020.

6 Júnior (2008, p. 156) relata que, a teoria “[...] proclama ‘plenos pulmões’ que o crente que tem consciência e que possui a fé verdadeira desfruta o direito, como uma licença especial conferida pela divindade, de impor e exigir do próprio Deus o cumprimento das bênçãos prometidas no ambiente da aliança [...]”.

7 A simbologia atribuída a riqueza vem sócio historicamente através dos judeus. Atribuição essa questionada pelo próprio Jesus (Marcos 10). Embora, o endeusamento oriundo das doutrinações, a existência e valorização do líder pesa sobre suas (seguidor/a) ações.



se opõe às visões. Vale ponderar que tais princípios e condutas são norteadores da religião cristã, em que a dominância é masculina e o patriarcado expõe-se em patrimônios e direitos ao gozo deste lócus.

Tais compreensões e posicionamentos partem e se dão pelo reconhecimento que “[...] a presente ordem social é eminentemente má e dominada pelo maligno, exigindo o estabelecimento de uma nova organização social, que será construída à medida que se subjuga a dominação inimiga [...]”. (JÚNIOR, 2008, p. 169) Desse modo, pode-se ponderar, como reflexo dessa subjugação, a atual conjuntura política que exprime e retrocede as lutas de cunho transformistas que visam garantir a cidadania de todas(os).

Concomitantemente, diante de tais levantamentos, é possível matutar sobre o modo pelo qual o neo vem se desenvolvendo na sociedade brasileira, analisando seus efeitos nos posicionamentos que demarcam o fazer social. Sendo assim imprescindível, voltar-se a ações que dialoguem com direitos e emancipações.

2. Breves considerações sobre os papéis sociais

O conceber sobre a dialética nas relações implicou nos construtos teóricos que envolveram os processos estruturais nos comportamentos sociais. Visando a ressignificação dos conceitos imbricados aos papéis sociais nota-se que:

A cientificidade tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos e normas a serem seguidos. A história da ciência revela não um "a priori", mas o que foi produzido em determinado momento histórico com a relatividade do processo de conhecimento. (MINAYO, 2002, p. 12)

Como marco trazido enquanto parte dos trabalhos desenvolvidos frente a essas desenvolvimentos dos papéis, houve entre as reformulações a “consciência das possibilidades existentes na representação, na vivência ativa e estruturada de situações psíquicas conflituosas”. (MORENO, 1999, p. 27) Assim, com o passar do tempo, as expansões das diversas técnicas trazidas proporcionaram discussões significativas permeadas nas noções sociais. Baseado nisto, conforme Martins (2010):

[...] o papel social define a estrutura social, basicamente como um conjunto de normas, direitos, deveres e expectativas que condicionam o comportamento humano dos indivíduos junto ao grupo ou dentro de uma organização. Os papéis sociais atribuídos ou conquistados têm em vista a interação social e resultam do processo de socialização



[...] é um dos resultados do processo de socialização primário e secundário que merece observação e análise como realidade determinante dos padrões da sociedade e dos indivíduos que dela fazem parte. Constituem a identidade coletiva e a identidade individual do ser humano. (MARTINS, 2010, p. 43)

A analogia da sociedade enquanto um teatro, e as pessoas expressadas em seus papéis, sintetiza o modo pelo qual as percepções e as representações são formadas. (MARTINS, 2010) Considerar o sujeito como social, nessa menção inferida por mudanças sócio históricas e culturais, é partir de um olhar em que “os papéis sociais permitem compreender a situação social, pois são referências para percepção do outro, ao mesmo tempo em que são referências para o comportamento próprio”. (MARTINS, 2010, p. 47)

3. Gênero

As releituras sobre as compreensões das problemáticas sobre gênero são resultados de grandes inquietações, em específico, entre o movimento feminista negro. O entendimento sócio-histórico-cultural vem implicando a desconstrução, desnaturalização e descolonização à visão binária e a colonialidade que determinam os padrões normativos.

A apreensão a uma não análise restritiva acarretou estudos que conceberam não somente a temática mulher, mas crianças, famílias, ideologias de gênero e até homens. A visão dialética dessas relações viabilizou essas inclusões, embora as discussões sobre o patriarcado e suas implicações ainda se apresentem nas discussões. Dentre os questionamentos a um olhar claro sobre as possíveis causalidades que levaram a essas problemáticas, três levantamentos cruciais não de serem ditos: a interpretação de gênero como uma categoria analítica, a interconectividade saber e poder e a intersecção raça, classe etc., primordiais nos processos de significação e reestruturação.

O modo pelo qual a sociedade ao longo dos anos vem apreendendo os significados e significantes⁸ por meio da linguagem sobre as representações sociais de gênero, tem servido de base para contestar as noções. Logo, ainda mais quando pensada e analisada em suas relações. Segundo Lane:

Esta análise nos permite apontar uma função da linguagem que é a mediação ideológica inerente nos significados das palavras, produzidas por uma classe dominante que detém

8 “[...] O significado é aquilo que o sujeito assimila, e essa assimilação só é possível graças aos esquemas de que o sujeito dispõe. Os significados constituem assim os instrumentos operativos do sujeito, enquanto os significantes, como figurações ou imagens de propriedades da realidade ou do organismo, tornam-se os instrumentos figurativos. (SMOLKA, 1993, p. 7-8)



o poder de pensar e 'conhecer' a realidade, explicando-a através de 'verdades' inquestionáveis e atribuindo valores absolutos. (LANE, 1984, p. 34)

Isto é, vista enquanto ferramenta de controle. Os sentidos e suas simbolizações também fazem parte dessas inferências. Ao pesquisar sobre o significado da palavra “mulher”, termo esse determinado pela visão binária, percebe-se a consistência das imposições que a atravessam. Respostas como “aquela que atingiu a puberdade; moça, mocinha”, “aquela que deixou de ser virgem” ou “ser humano do sexo feminino, dotado de inteligência e linguagem articulada, bípede, bímano, classificado como mamífero da família dos primatas, com a característica da posição ereta e da considerável dimensão e peso do crânio” demonstram os determinismos desses princípios.

Guedes (1995) traz as discrepâncias sobre quando se pesquisa a palavra homem, apontando a retornos expressivos de marcadores sociais. Descrito como “[...] qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva, o ser humano” dotado “das chamadas qualidades viris, como coragem, força, vigor sexual etc. [...]”. (FERREIRA, 1986, p. 903 *apud* GUEDES, 1995, p. 1)

Esses sentidos firmados evidenciam e embasam os debates ao entendimento sócio-histórico-cultural das demandas vindas das questões de gênero, tema no qual, “[...] a mulher, no sentido da construção da língua, do significado social do termo que a deveria nomear, só existe como meretriz ou reprodutora, não tendo função social fora dessas denominações [...]”. (GUEDES, 1995, p. 1) As reorganizações das trajetórias hermenêuticas sobre gênero, devido a esses levantamentos, vêm oportunizando novas formas compromissadas e voltadas com as realidades sociais em suas intersecções.

Scott define gênero em duas partes e em diversos subconjuntos que estão inter relacionados. Primeiro, descreve como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...]” e, segundo, como “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder [...]”. (SCOTT, 1995, p. 16) Essas partes, além de entender e agregar a família e o sexo, incluem as esferas econômicas, políticas, entre outras, no olhar das vidas das mulheres e dos homens.

As representações e papéis atribuídos marcaram lugares subalternizados, fomentados pelos ensinamentos do estado e, principalmente, pela religião. As tentativas assíduas do movimento em prol da conservação da família tradicional é um dos exemplos de como o poder dessas ações se



estruturam e impactam as sociedades. Os desafios que abrangem esses cruzamentos estão voltados tanto para os plurais sistemas quanto para suas esferas. Scott aborda que:

Temos necessidade de uma visão mais ampla que inclua não somente o parentesco, mas também (especialmente para as complexas sociedades modernas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção de gênero), a educação (as instituições de educação somente masculinas, não mistas, ou de co-educação fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio universal masculino faz parte do processo de construção do gênero). (SCOTT, 1995, p. 87)

Portanto, não há como analisar sem considerar essas conexões, pois o construto gênero, implicado na criticidade, reforça essas posições. Outra questão relevante, parte também desse processo, é a reavaliação das teorias psicanalíticas sobre tal categoria. Há de concordar com as contribuições com/para os estudos, mas por outro lado também há necessidade de as reaver de forma que não generalizem as vivências, resultando na negação de análises históricas.

Ainda analiticamente, a dialeticidade do uso do poder como sendo ferramenta de controle social, a autorização do Outro sobre o que (construído sócio historicamente) se pode ao habitar um corpo feminino, tem legitimado atos violadores atribuídos ao seguimento neo. Logo, ao tratar das relações entre gênero, compreende-se que as fontes servem umas das outras.

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualmente específicas pelas quais a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. (SCOTT, 1995, p. 89)

O modo pelo qual se elegem as figuras de governantes, em grande parte cis hétero branco, explica as estruturas pelo qual se tem domínio. Ressalta-se, em uma parte da história, sobre a existência de vínculos homoafetivos entre homens. Fato este que flexibiliza as ações dentro da própria hegemonia do estado e das demais instituições de prestígio, indicando, assim, a conveniência nas relações sobre gênero.

Scott tendo como menção essas desigualdades apresentadas, considera a imprescindibilidade do entender que “[...] os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social [...]”. (SCOTT, 1995, p. 88) As manifestações feministas que almejam as reformulações dessas representações devem caminhar atentamente, de modo a não cair na deslegitimação e silenciamento provocado por mudanças mal estruturadas:



[...] As revoltas políticas de massa que lançam velhas ordens no caos e fazem surgir novas, podem revisar os termos (e por isso a organização) do gênero na sua busca de novas formas de legitimação. Mas elas podem não o fazer; noções antigas de gênero têm também servido para validar novos regimes [...]. (SCOTT, 1995, p. 56)

A linguagem, enquanto um dos instrumentos de mediação nessas formas de des/legitimações, prova a delicadeza dos construtos teóricos nas relações de validação. Bock et al. (2007, p. 8) a entendem como “[...] expressão da síntese e do movimento entre sujeito e realidade, possibilitando e concretizando a dialética, no caso, entre esses regimes [...]”. Convém realçar que a colocação da linguagem como uma das ferramentas é essencial para as discussões e seus avanços, considerando a não centralidade/polarização das teorias e dos conceitos.

Como construto também desses escritos, a identidade de gênero traz embates nos próprios movimentos feministas. À crítica a incompatibilidade decorrente também das centralidades/polaridades dos referenciais teóricos, vistos pelos pensamentos feministas ocidentais hegemônicos que colocaram em relevância as ações heterossexistas, racistas e colonialistas, é imprescindível. Evidenciando-se, assim, inúmeras incoerências nas lutas pelas garantias universais. (CARVALHO, 2011)

Analisar sócio historicamente a importância dessas ligações para as transformações direciona as reivindicações exclamadas pelos movimentos feministas negros em suas honrosas pesquisas-ações e projetos. Compreendem também a intersecção raça e classe como fundamentais para as discussões sobre gênero em seus variados alcances que avaliam, dentre os manifestos, responsabilmente as pautas emergentes.

4. A importância da intersecção raça e classe nas discussões de gênero

A importância de um olhar interseccional voltado para as bases teóricas e práticas que suprissem as realidades sociais invisibilizadas pelas estruturas hegemônicas, viabilizou a reorganização dos estudos e pesquisas voltados às demandas, possibilitando ações (graduais) primordiais frente às políticas públicas. A “[...] multidimensionalidade das experiências das mulheres negras [...]”, trazida e discutida por Crenshaw (1989, p. 1) trouxe aos movimentos feministas negros inúmeras inquietações sobre a deslegitimação provocada pelas “[...] estruturas modernas coloniais [...]”. (AKOTIRENE, 2018, p. 54)



Crenshaw (1989)⁹ conceituou o termo interseccionalidade na esfera das leis antidiscriminatórias, enfatizando sobre as consequências e problematizações das representações brancas supremacistas sobre as mulheres negras. Tal conceituação serviu de suporte para as transformações hermenêuticas do movimento. Akotirene entende como:

[...] Uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cis-hetero-patriarcado, e as articulações decorrentes daí, que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas. (AKOTIRENE, 2018 *apud* BATISTA, 2018, p. 2)

O pensamento da universalidade relacionado às vivências negras, conhecido pelo discurso “somos todos iguais”, relaciona-se com a crítica trazida pelos desdobramentos das discussões sobre o termo. A falta de representatividade nas plurais esferas (políticas, econômicas, culturais etc.), é vista e acompanhada por esses processos opressores.

A analogia referida por Kilomba (2012) sobre as máscaras que as pessoas escravizadas usavam, observada como “uma forma de silenciamento e negação de humanidade” (RIBEIRO, 2018, p. 18), traduzem até os dias atuais os impactos deste sistema estruturalmente violador. Apesar da Lei Áurea, que “retirou” as máscaras dos rostos negros, percebe-se claramente a existência deste objeto apresentado por meio das narrativas coloniais racistas, preconceituosas, estereotipadas, entre outras. Akotirene enfatizando a respeito dessas exposições questiona, através da visão interseccional, o padrão colonial:

[...] Ora elege as mulheres negras como dirigentes do tráfico de drogas, ora homicidas de companheiros violentos, quando não, pactuam as coações impostas por filhos e maridos encarcerados para que mulheres negras transportem drogas até o sistema prisional, numa facetada hedionda punitivista das mulheres negras. (AKOTIRENE, 2018, p. 57)

Isto é, as ferramentas mediadoras da invisibilização direcionam as identidades. A instrumentalização provocada por essas intersecções vem levantando cada vez mais a imprescindibilidade do olhar sobre as histórias múltiplas que ultrapassam discursos universais. Adichie sobre os perigos da história única relacionado ao poder traz que:

[...] Há uma palavra da língua igbo de que sempre me lembro quando penso nas estruturas de poder do mundo, e a palavra é nkali. Trata-se de uma expressão que pode

9 Recomendo a leitura do texto *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics* (1989), de Kimberlé W. Crenshaw.



ser traduzida como “maior do que o outro”. Como o mundo econômico e o político, histórias também são definidas pelo princípio do nkali. A forma como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo depende do poder. Poder é a habilidade não só de contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. O poeta palestino Mourid Barghouti escreve que o jeito mais simples de se destituir uma pessoa é contar sua história e colocá-la em segundo lugar. Uma história que tivesse início com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, seria totalmente diferente. Uma história que começasse com o fracasso do Estado africano, e não com a criação colonial do Estado africano, seria totalmente diferente. (ADICHIE, 2009 apud RIBEIRO, 2018, p. 18)

A dialética excluir/incluir atrelada a essa citação revela a complexidade dessas questões. A defesa a interseccionalidade embasada no feminismo negro, explicitada por Akotirene (2018), sintetiza, pela apropriação e encaminhamento, a ineleabilidade dos fazeres da mulher negra devido às aviltações da supremacia branca. A naturalização desses lugares marcados em suas extensões experimentais subjetivas, vinculados aos modos pelos quais se estruturaram as relações de poder, indicam a potência dos adoecimentos reverberados a contemporaneidade.

É válido destacar que a compreensão da importância do olhar crítico que perpassa as questões sociais de gênero interseccionado a raça e classe serve como suporte para a abertura às demais problematizações. Crenshaw traz uma colocação preponderante sobre isto quando expressa,

[...] As supressões dentro da interseccionalidade não são exclusivas das mulheres negras. Pessoas de cor dentro do movimento LGBTQ; raparigas de cor na luta contra a via escola-prisão; mulheres dentro dos movimentos imigrantes; mulheres trans dentro dos movimentos feministas; e pessoas com deficiências a debater o abuso por parte da polícia – todas enfrentam vulnerabilidades que refletem intersecções de racismo, sexismo, opressão de classes, transfobia, capacitismo, entre outras. A interseccionalidade deu a vários ativistas uma forma de apropriar as suas próprias circunstâncias e lutar pela sua visibilidade e inclusão. (CRENSHAW, 1989 apud FERREIRA, 2015, p. 2)

As possibilidades mediadas por essa visão propiciam projetos acolhedores as diversas subjetividades que, responsabilmente, apreendem o compromisso ético político pautado essencialmente nos diálogos para a garantia dos direitos, levando em conta os seus lugares de fala. Assim, reforçando as ações efetivas da descolonização dos padrões universais que refutam-se por meio da subalternização para o mantimento da ordem e do controle social.



Logo, pensar na interseccionalidade e em sua importância nas discussões trazidas é “perceber que não pode haver primazia de uma opressão sobre as outras e que é preciso romper com a estrutura. É pensar que raça, classe e gênero não podem ser categorias pensadas de forma isolada, porque são indissociáveis”. (RIBEIRO, 2018, p. 123)

5. Caminhos por onde se encontram

[...] Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança [...]. (*A formação social da mente*, Vygotsky)

Desde os primórdios, a relação com o construto divino ocupa representações e papéis imprescindíveis no controle social. Além do Estado, a religião vem exercendo há décadas ações mobilizadoras de contenções, em que a moralidade e a ética seguem em conjunto com seus interesses. Embora a existência das reformas, os princípios tradicionais e conservadores que tangenciaram seus valores ficaram marcados como referenciais em suas trajetórias, reverberando, em grande parte, para algumas religiões evangélicas.

Como já mencionado, o neopentecostalismo (NEO), surgido em meio aos intensos movimentos de construção e reconstrução do saber teológico entre os anos de 1950 e 1960, aparece como parte desses desdobramentos, propagador destes preceitos, principalmente no ambiente familiar. Segundo Silva (2007) o prefixo “neo” traz ênfases onde não somente ocorre o afastamento e abrandamento do ascetismo pelo pragmatismo, mas o uso gerencial empresarial acompanhado de uma “flexibilização”¹⁰ frente às mudanças alarmantes da contemporaneidade envolvendo questões de gênero. Gabatz, a respeito desses apontamentos, cita que:

Quando se fala em relações de gênero mais igualitárias dentro do neopentecostalismo, não se fala do ponto de vista do ideário feminista de questionamento do patriarcado; em vez da igualdade nessas relações, haveria, na verdade, uma apropriação seletiva das ideias feministas, em meio a relações ainda bastante assimétricas. Em última análise, caberia ao homem chefiar a família e, à mulher, submeter-se à autoridade masculina. (GABATZ, 2016, p. 97)

Estes posicionamentos reafirmam os papéis sociais de gênero rememorando indiretamente o que se concebeu ao habitar um corpo feminino. Os discursos a esta “apropriação seletiva” evocam as ações antigas da igreja e do estado que tinham como foco o abraçamento

10 Em problematização arrisco-me a trazer, por isto a palavra em aspas, sobre a importância de um levantamento temporal que prepondera sobre as reais intenções dessas contemporizações.



perverso. A sensação de autonomia decorrente dessas atribuições tende a levar ao não questionamento dos porém entre suas “transformações”.

Concomitante a estes levantamentos, a incidência de ações hegemônicas voltadas a essas relações aumentaram, fortalecendo, além da normalização, uma padronização dos papéis sociais, conseqüentemente intensificando as práticas excludentes, machistas e patriarcais. Para Scott (1995, p. 75), a definição de gênero é concebida como “[...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado[...]”. As justificativas binárias decorrentes de tal problemática vem durante anos pautando-se em fomentos a ideia de posse, na qual o gênero masculino, em seu lugar de privilégio, acentua-se em práticas voltadas a objetificação, o domínio e a submissão feminina.

Pensar a partir disto, de como se dá tais apontamentos com as mulheres negras em suas percepções relacionadas a essas alegações, é lembrar de seus papéis representacionais ao longo da história. Nota-se os efeitos resultantes da consolidação do capitalismo industrial que, cruzados a essas problematizações, implicam-se mais. (DAVIS, 2016) É significativo trazer sobre como as mulheres negras no período da escravidão trabalhavam arduamente junto aos seus companheiros e as conseqüências oriundas desta consolidação. A autora ressalta:

Como conseqüência direta de seu trabalho fora de casa – tanto como mulheres “livres” quanto como escravas –, as mulheres negras nunca tiveram como foco central de sua vida as tarefas domésticas. Elas escaparam, em grande medida, ao dano psicológico que o capitalismo industrial impôs às donas de casa brancas de classe média, cujas supostas virtudes eram a fraqueza feminina e a submissão de esposa. As mulheres negras dificilmente poderiam lutar por fraqueza; elas tiveram de se tornar fortes, porque sua família e sua comunidade precisavam de sua força para sobreviver [...] Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas – um fardo duplo que sempre exige que as trabalhadoras possuam a capacidade de perseverança de Sísifo. (DAVIS, 2016, p. 243)

O modo como as mulheres negras foram tratadas, levadas, diferentemente das mulheres brancas, a acompanhar seus companheiros e trabalharem para dar conta de suas realidades e logo serem obrigadas a se adequarem a chamada “dona do lar”, provoca as reflexões mais profundas que alcança-se até os dias atuais. “Embora a ‘dona de casa’ tivesse suas raízes nas condições sociais da burguesia e das classes médias, a ideologia do século XIX estabeleceu a dona de casa e a mãe como modelos universais de feminilidade [...]”. (DAVIS, 2016, p. 242)

Ao ponderar sobre os fazeres das igrejas neo atrelados a essa problemática, percebe-se “[...] uma grande capacidade de selecionar, ressignificar e incorporar elementos de outras



religiões, além da disponibilidade para a adaptação à sociedade, culminando numa plasticidade e dinamismo paradoxais”. (GABATZ, 2016, p. 98) O que fomenta as discussões que expandem as aberturas citadas, agregando a apropriação cultural, intelectual e identitária, tendo como consequência a negação e o processo do excluir, para incluir, dessas mulheres.

A falta de representatividade é um dos exemplos que podem ser citados como respostas desses processos. Pode-se mencionar um dos grandes programas televisivos patrocinados pelas igrejas neo, que é o “The Love School — A Escola do Amor”¹¹. O programa é apresentado por Cristiane Cardoso¹² e Renato Cardoso^{13,14}, casal branco heteronormativo que está em uma posição privilegiada na sociedade. Implicação essa relevada quando observada em suas discrepâncias perpassadas por suas realidades sociais.

Não há como olhar as subjetividades de mulheres negras permeadas por este segmento sem pensar em seus trabalhos externos, muitas vezes domésticos, e o interno, em que em grande parte envolve o cuidado da casa, das (os) filhas (os) juntamente com as questões conjugais, cruzadas por inúmeras violências, sejam elas institucionais, psicológicas, morais, físicas etc. A própria ideia de maternidade, se questionada, carrega pesos históricos, na qual a mulher é vista enquanto procriadora independentemente das “mudanças”. Tendo em vista uma sociedade que é desigual e que possui noções religiosas tendenciosas a reprodução implicadas na interseccionalidade.

Kilomba (2019, p. 103), discorre sobre o cruzamento raça e gênero questionando os discursos feministas ocidentais a respeito das dificuldades em “[...] aceitar e teorizar o racismo enquanto dimensão central e crucial das experiências” das mulheres negras. Desprezar essas questões é acentuar seus impactos. Segundo Smith:

Nossa situação como pessoas negras exige que tenhamos solidariedade acerca da questão raça, algo que as mulheres brancas certamente não precisam ter com homens brancos, a menos que seja por solidariedade negativa como opressoras e opressores raciais. Nós lutamos juntas com homens negros contra o racismo, enquanto lutamos contra homens negros a respeito do sexismo. (SMITH, 1983, p. 275)

11 O objetivo programático em suas intenções é dar orientações às pessoas casadas sobre como manter seus relacionamentos, agregando também os/as solteiros (as) em técnicas de escolha de seus pares.

12 Escritora (IURD, 2018).

13 Educador familiar e matrimonial (IURD, 2018).

14 Os apresentadores contam com o apoio de Carlos Cuccato e Cintia Cuccato, professores adjuntos da escola que também é um casal branco heteronormativo.



O que torna e agrava mais ainda as reivindicações em combates a essas ações. Para as autoras, o silenciamento e a invisibilização provocados pelo racismo levou a desconsideração da feminilidade, gerando mais de uma opressão. O uso da terminologia “homem”, universalizado e visto como resposta a todas as vivências, é um exemplo dessas desenvolturas geradas estruturalmente, passando falsa ideia de sororidade¹⁵.

É evidente que as experiências dos homens negros, ao se tratar do patriarcalismo, são diferentes, ao considerar raça enquanto fator preponderante de análise. “Já que o racismo assegura que homens negros não tenham as mesmas relações hierárquicas patriarcais/capitalistas como homens brancos”. (CARBY, 1997, p. 46) Essas análises, pensadas na colonialidade, fomentam-se mais ao relacionarmos e lembrarmos dessas mulheres partindo dessas posições (SILVA, 2017) em que, apesar das dessemelhanças lidam, em grande parte, em suas relações familiares, com a masculinidade falocêntrica patriarcal de seus companheiros. (hooks, 2019, p. 203)

A desvalorização e opressão à mulher negra não se encontra somente na busca dos homens negros por relacionamentos afetivos com mulheres brancas, mas nas depreciações, insultos e ofensas agravados e vinculados, segundo Almeida e Pereira (2012, p. 56) a “[...] escravidão e objetificação constante [...]”. Incluindo a intersecção classe, essas notas ampliam-se mais quando consideradas sobre as dificuldades de rompimentos dessas relações potencializadas pelas questões financeiras. Levando em conta as desigualdades e o papel da igreja, seja sede ou filial, e suas representações ao tratar do capital enquanto imprescindível para a sua gestão empresarial.

Por outro lado, atentando-me para a não generalização dessas vivências, é importante trazer a existência da realidade de mulheres negras que possuem, quanto a classe, alguns privilégios financeiros e, ainda assim, experienciam violências de outras formas. Essas envolvem o uso de roupas consideradas impróprias para o seguimento, as falas, condutas vistas enquanto imorais e o branqueamento, cruzando a outras tipologias.

A figura do masculino quanto norteadora e precursora desses posicionamentos, muitas vezes, são consentidas pelas próprias companheiras em seus ciclos de violência. “[...] Tragicamente, o conflito de gênero entre mulheres e homens negros, danoso para ambas as partes, fortalece o patriarcado supremacista branco capitalista”. (hooks, 2019, p. 195) Em outras

15 Termo este, questionado em posição interseccional pelas feministas negras, “[...] por implicar um universalismo entre mulheres, que localiza o gênero como foco primário e único de atenção e, desde que “raça” e racismo não são contemplados, tal ideia relega as mulheres negras a invisibilidade”. (KILOMBA, 2019, p. 101)



palavras, como se já não bastasse as violências raciais cruzadas ao gênero e classe, agrega-se a internalização das violências entre as/os próprias/os negras/os.

As subdivisões referendadas do neo, quanto ao rústico e ao alto, servem como pontes de partidas nessas repercussões. Há a existência de análises e defesas voltadas ao abrandamento do rústico, com justificativas pautadas nas transformações sociais, porém considero ambas as subdivisões ativas e potentes, especialmente quando se avalia os resultados do censo demográfico e a negação de identidade.

“A integração racial teve um impacto profundo nos papéis de gênero. Ajudou a promover um clima em que a maioria das mulheres e dos homens negros aceitam as ideias machistas sobre os papéis de gênero”. (hooks, 2019, p. 181) Tais internalizações são alarmantes quando se observa uma economia voltada ao privilégio branco que influencia a percepção dessas mulheres, levando a inúmeras violações.

A ideologia racial do negro, por ser um lado fundada numa relação de inferioridade em face do branco, que detém presumivelmente o poder, exprime uma consciência de submissão. Nela o negro se imagina em especial, a partir dos termos em que é concebido pelo branco. Nesse sentido a alienação do negro é mais acentuada, pois que ele se vê a partir das abstrações falsas engendradas na mente do branco. (IANNI, 1987, p. 323)

Embora apresente um posicionamento referendando o homem negro, que serve também como crítica a universalidade, o autor menciona apontamentos preponderantes que reforçam tais internalizações. Refletir, por exemplo, no branqueamento em massa que se entrelaça nas percepções sobre os papéis sociais de gênero nas relações familiares é imprescindível para compreender tais papéis. O olhar para si, através da noção do Outro, evoca inúmeras violências simbólicas, sejam elas do neo rústico ou do alto.

John Burdick (1998) em *“Tortura e redenção”* através de uma narrativa etnográfica, descreve as disparidades existentes nas relações afetivas entre homem negro/mulher branca e homem negro/mulher negra, que se relacionam com estes levantamentos. O autor transcreve,

Um homem negro casado com uma mulher branca se desculpou por ter que ir para casa. Seus amigos começaram a caçoar: “Oh, cara, você devia ter se casado com uma mulher negra! Aí você não teria que sair correndo feito escravo!” ... Uma amiga negra comentou: “É verdade. Eles tratam suas esposas negras como lixo”. (BURDICK, 1998, p. 29)

Ao traçar essas falas e analisá-las pode-se perceber o alcance de tais condutas quando vinculados às posições trazidas por hooks (2019). O entendimento da produção dos papéis



sociais nessas relações se baseia na dialética experienciada dessas trocas. Assim, enfatiza-se que “[...] enquanto pessoas negras se agarrarem totalmente à premissa perigosa de que é do interesse da libertação negra apoiar o machismo e a dominação masculina, todos os nossos esforços para descolonizar nossas mentes e transformar a sociedade vão ruir”. (hooks, 2019, p. 194)

Ressaltar, além do que já foi apresentado, sobre o reconhecimento das implicações decorrentes do sexismo, perpetuado também por mulheres, é imprescindível para discussões emancipatórias, que envolvem alcances micros e macros, considerando, neste caso, reflexões quanto à raça. Tais ponderações se relacionam com diálogos sobre a criação de crianças e a construção de identidades que não estejam pautadas no sexismo. (hooks, 2019) Compreendendo, assim, a dialeticidade entre essas relações, isto é, ao mesmo tempo constituintes, constituídos.

Segundo Sirgado:

[...] as relações sociais constituem um complexo sistema de posições sociais e de papéis associados a essas posições que define como os atores sociais se situam uns em relação aos outros dentro de uma determinada sociedade e quais são as expectativas de conduta ligadas a essas posições. (SIRGADO, 2000, p. 64)

A reprodução de discursos pautados na inexistência de direitos nessas vinculações, em que muitas vezes é consentido pelos ensinamentos de suas respectivas lideranças religiosas, na utilização da religião enquanto soma à coerção dessas subjetividades, podem ser vistas como exemplos dessas constituições. De modo que a noção de propriedade tanto abarca a criança quanto a própria mulher, ao se tratar de seu companheiro que demonstra estruturalmente a violência perpetrada.

Apesar de ainda se tratar de questões delicadas, a visão feminista trazida por movimentos que entendem a necessidade de confrontos quanto a essas realidades, apreende que “quando pensadores e ativistas feministas oferecem as crianças um contexto de educação em que preconceitos antissexistas não são o padrão usado para julgar o comportamento, garotos e garotas são capazes de desenvolver autoestima saudável”. (hooks, 2019, p. 113) Desenvolvuras estas pensadas quanto a saúde bio-psico-sócio-espiritual¹⁶ dessas subjetividades.

De antemão, é notório ponderar e rememorar que a apropriação seletiva apresentada pelos ensinamentos neo complexifica tais ações, pois inferem em grande maioria nessas percepções, ao

16 Compreende-se enquanto integralidade a saúde biológica, psicológica, social e espiritual.



tratar do modo que se estabelecem os papéis sociais. Logo, “a mídia de massa conservadora” pode ser entendida como instrumento deste segmento (hooks, 2019, p. 104), de forma a moldar e influenciar tais condutas¹⁷. Por isto, se reitera que:

[...] Mulheres e homens devem se opor ao uso de violência como meio de controle social em todas as suas manifestações: guerra, violência de homens contra mulheres, violência de adultos contra crianças, violência de adolescentes, violência racial etc. Os esforços feministas pelo fim da violência de homens contra mulheres devem ser estendidos a um movimento pelo fim de todas as formas de violência. (hooks, 2019, p. 101)

A escassez de pesquisas e diálogos que abordam sobre tais questões na perspectiva negra oportuniza ponderações e fazeres visados a novas possibilidades nos campos científicos, políticos, que são sociais. A dialética que abarca essas relações precisa implicar-se em transformações que incluem e confrontam o colonialismo cristão conectado a esses padrões. Pois, “se uma religião não reafirma a dignidade do ser humano e não respeita a diversidade, também não cumpre sua função primordial de construir um tempo de paz e justiça”. (WILLIAM, 2019, p. 178)

Mehrez (1991 *apud* hooks, 2019, p. 31) sobre tais levantamentos acentua:

A descolonização [...] continua a ser um ato de confrontação com um sistema de pensamento hegemônico; é, conseqüentemente, um imenso processo de liberação histórica e cultural. Como tal, a descolonização se torna a contestação de todas as formas e estruturas dominantes, sejam elas linguísticas, discursivas ou ideológicas. Ademais, a descolonização passou a ser entendida como um ato de exorcismo tanto para o colonizado quanto para o colonizador. Para os dois lados, deve ser um processo de libertação: da dependência, no caso do colonizado, e, por parte dos colonizadores, das percepções, instituições e representações imperialistas e racistas que, infelizmente, permanecem conosco até hoje [...] A descolonização só pode ser completa quando é compreendida como um processo complexo que envolve ambos, o colonizador e o colonizado. (MEHREZ, 1991 *apud* HOOKS, 2019, p. 31)

Portanto, torna-se urgente a promoção de diálogos e reflexões que discorram sobre a percepção das mulheres negras neopentecostais, aludindo ao colonialismo neocristão moderno como ponto de partida das emancipações. E a facilitação de trocas com tais realidades que oportunizem, a partir da legitimação delas, provocativas desestruturas transformistas, levando

17 Ressalto que, mesmo se tratando de uma realidade social diferente da sociedade brasileira, ao citar hooks (2019), pressuponho a importância de trocas enquanto facilitadoras de transformações.



em conta imbricações em seus respectivos segmentos religiosos, considerando a laicidade do estado como diretriz da Política Nacional para as Mulheres. (BRASIL, 2004 *apud* ROCHA, 2016, p. 319)

Referências

AKOTIRENE, C. *O que é Interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, T. M. C.; PEREIRA, B. C. J. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 42-63, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3qhnxxU>. Acesso em: 10 abr. 2020.

AQUINO, F. *Falsas doutrinas, seitas e religiões*. O perigo das seitas. Cléofas: Lorena, 2002. Disponível em: <https://bit.ly/3rYRwLE>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BATISTA, C. O que é Interseccionalidade? *Folha de Pernambuco*, Recife, 7 set. 2018. Mulheres em Movimento. Disponível em: <https://bit.ly/37dULp5>. Acesso em: 10 maio 2020.

BOCK, A. M. B.; FERREIRA, M. R.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. Sílvia Lane e o projeto do "Compromisso Social da Psicologia". *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 46-56, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3fIFnVn>. Acesso em: 5 maio 2020.

BURDICK, John. *Blessed Anastacia: women, race, and popular Christianity in Brazil*. New York/London: Routledge, 1998, p. 29.

CAVALCANTI, R. Pseudo-pentecostais: nem evangélicos, nem protestantes. *Ultimato*, Viçosa, n. 314, n.p., 2008.

CARBY, H. White Woman Listen! Black Feminism and the Boundaries of Sisterhood. In: CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES CENTRE FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES (eds.). *The Empire Strikes Back: Race and Racism In 70's Britain*. London: Routledge, 1997. p. 212-235. Disponível em: <https://bit.ly/3mk1Qeg>. Acesso em: 27 maio 2020.

CARVALHO, M. P. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPED. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 99-117, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2KL4goe>. Acesso em: 5 maio 2020.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *Legal Forum*, Chicago, v. 1989, n. 1, p. 138-167, 1989. Disponível em: <https://bit.ly/3o4qKip>. Acesso em: 30 abr. 2020.

DAVIS, A. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3o4xb1E>. Acesso em: 6 maio 2020.



- FERREIRA, S. A. Porque é que a interseccionalidade não pode esperar – Kimberlé Crenshaw. *Ação pela Identidade*, Lisboa, 27 set. 2015. Atualidades. Disponível em: <https://bit.ly/2J2Mqg1>. Acesso em: 5 maio 2020.
- GABATZ, C. As mulheres nas igrejas neopentecostais: a busca pelo protagonismo em meio a tradições hegemônicas. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 97, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2V3RO19>. Acesso em: 5 abr. 2020.
- GNOSTICISMO. In: EDITORIAL conceitos. Pamplona: Conceitos, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2XhjRic>. Acesso em: 6 maio 2020.
- GUEDES, E. F. Gênero, o que é isso? *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v. 15, n. 1-3, p. 4-11, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2JdWK15>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- HOOKS, B. *Olhares Negros, raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36c3wkl>. Acesso em: 12 maio 2020.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 10. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/39wuiDV>. Acesso em: 12 maio 2020.
- IANNI, O. *Raça e classes sociais no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. Disponível em: <https://bit.ly/3nUDd80>. Acesso em: 19 maio 2020.
- JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 53-66. Disponível em: <https://bit.ly/3nmD7Gp>. Acesso em: 15 maio 2020.
- JÚNIOR, J. A. Um panorama do fenômeno religioso brasileiro: Neopentecostalismo ou Pentecomessianismo. *Ciências da Religião – História e Sociedade*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 146-177, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/369C3zC>. Acesso em: 3 abr. 2020.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3mewvJU>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- LANE, Silvia T M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, Silvia T. M. ; CODO, Wanderley (orgs.). *Psicologia Social: o Homem em Movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 34.
- MARTINS, E. S. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. *Kínesis*, Marília, v. 2, n. 4, p. 40-52, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3laZjld>. Acesso em: 30 abr. 2020.
- MINAYO, M. *et al.* Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MORENO, J. L. *Psicoterapia de grupo e psicodrama*. Tradução de José Carlos Vítor Gomes. Campinas: Livro Pleno, 1999.
- R7. Quem somos? *Record*, São Paulo, 16 mar. 2015. Love School — Escola do Amor. Disponível em: <https://bit.ly/33ita4M>. Acesso em: 15 maio 2020.
- RIBEIRO, D. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2J2hNr5>. Acesso em: 15 maio 2020.
- ROCHA, L. M. L. N. Feminismo, gênero e políticas públicas: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.



- 20, p. 313-322, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3fKsz0T>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- ROMEIRO, P. Supercrentes. 3. ed. São Paulo: Mundo Cristão, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/2KtGa1a>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p.8. Disponível em: <https://bit.ly/3nmD7Gp>. Acesso em: 15 maio 2020.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/2V3i4ME>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- SILVA, N. M. C. Universidade no Brasil: colonialismo, colonialidade e descolonização numa perspectiva negra. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 233-257, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3fBSec9>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- SILVA, V. G. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Revista Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 207-236, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2V8E2hc>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- SIRGADO, A. P. O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 71, p. 45-78, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3o23B06>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- SMITH, B. *Home girls: a Black feminist anthology*. New Jersey: Rutgers University Press, 1983. Disponível em: <https://bit.ly/36aY9BM>. Acesso em: 28 maio 2020.
- SMOLKA, A. L. B. Construção de conhecimento e produção de sentido: significação e processos dialógicos. *Temas em psicologia*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 7-8, 1993. Disponível em: <https://bit.ly/3nkdi9g>. Acesso em: 28 maio 2020.
- SOUZA, G. K. S. S. Mulheres negras: Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa. *Kwanissa*, São Luís, v. 1, n. 1, p. 154-172, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39i1917>. Acesso em: 16 abr. 2020.
- VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Tradução de José Cipolla Netto, Luis Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- WEBER, M. A ética protestante e o espírito do capitalismo. 14. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- WILLIAM, R. *Apropriação cultural*. São Paulo: Pólen, 2019.

